

1 **ATA 2935ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** – Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte e
2 cinco, às dez horas, teve início a segunda milésima nongentésima trigésima quinta Sessão Plenária
3 Ordinária, do Conselho Estadual de Educação, conduzida pela Presidente do CEE, Maria Helena
4 Guimarães de Castro. Participaram os Conselheiros: Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti,
5 Bernardete Angelina Gatti, Claudia Maria Costin, Claudio Kassab, Claudio Mansur Salomão, Décio
6 Lencioni Machado, Eliana Martorano Amaral, Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar Namó de Mello, Kátia
7 Cristina Stocco Smole, Laura Laganá, Leandro Campi Prearo, Marcos Sidnei Bassi, Maria Eduarda
8 Queiroz de Moraes Sawaya, Mário Vedovello Filho, Mauro de Salles Aguiar, Roque Theophilo Junior,
9 Rosângela Aparecida Feriri Vargas Chede, Rose Neubauer, Valdenice Minatel Melo de Cerqueira e
10 Vastí Ferrari Marques. **01.** Ausência dos Conselheiros: Anderson Ribeiro Correia e Hubert Alquéres.
11 **02.** Aprovação da Ata 2934ª de 26/02/2025. **03. SORTEIO DE PROCESSOS:** Câmara de Educação
12 Superior: CEESP-PRC-2023/00145; CEESP-PRC-2023/00087; CEESP-PRC-2022/00106; CEESP-
13 PRC-2024/00074; CEESP-PRC-2024/00294; CEESP-PRC-2024/00294; CEESP-PRC-2024/00097;
14 CEESP-PRC-2024/00299; CEESP-PRC-2021/00250; CEESP-PRC-2021/00136; CEESP-PRC-
15 2021/00385 e CEESP-PRC-2024/00112. Câmara de Educação Básica: 015.00128387/2025-56;
16 015.00065153/2025-91 e 015.00179277/2025-52. **04. AVISOS E COMUNICAÇÕES DA**
17 **PRESIDÊNCIA:** Comunicou sobre os próximos convidados que virão ao CEE: 26/03 - Simon
18 Schwartzman; 16/04 - Mozart Neves Ramos; 29 e 30/05 - Reunião Foncede na Fiesp. **a)** Comentou
19 sobre a publicação no DOESP de 27/02/2025 da Portaria CEE-GP 63/2025, referente ao pedido de
20 licença da Consª Nina Beatriz Stocco Ranieri, no período compreendido entre 05 de março a 05 de
21 maio, para tratar de assuntos acadêmicos, e convocação do Suplente Leandro Campi Prearo; **b)**
22 Informou sobre a publicação no DOU em 10/03/2025, a Portaria MEC 195/2025, que *Prorroga prazos*
23 *da Portaria MEC 528, de 6 de junho de 2024, que estabelece prazo para criação de novos referenciais*
24 *de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância e*
25 *procedimentos, em caráter transitório, para processos regulatórios de instituições de ensino superior*
26 *e cursos de graduação na modalidade a distância – EaD;* **05. PALAVRA ABERTA AOS**
27 **CONSELHEIROS:** A Consª Guiomar Namó de Mello comunicou que está muito insatisfeita com o
28 tratamento dado ao EAD no Brasil, informou que não foi publicado pelo MEC as Diretrizes sobre EAD,
29 comentou que o programa Pé de Meia Licenciaturas exclui quem cursa EAD, e que não foi resolvido
30 como ficará as proporções dos cursos EAD Médio e Técnico, também comentou sua preocupação
31 referente à UNIVESP e que é preciso que se manifestem sobre este assunto. Os Conselheiros
32 Ghisleine Trigo Silveira, Claudio Mansur Salomão, Kátia Cristina Stocco Smole, Laura Laganá, Eliana
33 Martorano Amaral, Maria Helena Guimarães de Castro, Claudia Maria Costin, Bernardete Angelina
34 Gatti e Rose Neubauer se manifestaram sobre o assunto. O Cons. Mauro de Salles Aguiar propôs que
35 seja feita uma apresentação sobre o evento SXSW e sobre o evento ocorrido em Londres com os
36 principais temas educacionais que foram apresentados nestes eventos. O Cons. Eduardo Augusto
37 Vella Gonçalves comentou que a Indicação sobre Saúde Mental também é muito importante para os
38 adolescentes que estão chegando no Ensino Superior e que será amplamente divulgado nas
39 Universidades Municipais. Também solicitou para que fique consignado em ata o seu impedimento
40 para relatar e votar processos do IMES de São Manuel pois possui vínculo com a Instituição. A Consª
41 Kátia Cristina Stocco Smole informou que está acompanhando as discussões que estão sendo feitas
42 a respeito do Ensino Médio no Conselho Nacional de Educação, também comentou sobre o Decreto
43 Presidencial que saiu a respeito do Pacto Nacional de Recomposição das Aprendizagens e o CNE
44 quer fazer um grupo de estudos a respeito da recomposição de aprendizagens e que esta discussão
45 vai se estender bastante. A Consª Maria Helena Guimarães de Castro se manifestou sobre o assunto.
46 A Sra. Presidente informou que está fazendo uma pesquisa de sistematização sobre Inteligência
47 Artificial e Avaliação Educacional, que está acontecendo muita coisa interessante no Brasil e que
48 gostaria de destacar o trabalho de Alagoas que tem 110 Doutores em Inteligência Artificial, liderado
49 pelo Prof. Dr. Senji Isotami. Também informou que dia 14/04 será lançada a Cátedra sobre Inteligência
50 Artificial e propôs a vinda do Prof. Senji ao CEE para fazer uma apresentação sobre este tema. A

1 Cons^a Guiomar Namó de Mello se manifestou sobre o assunto. **06. MATÉRIA DELEGADA E**
2 **PARECERES APROVADOS EM 26/02/2025 NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO CEE 157/2017: 6.1**
3 Indicação de Especialistas da CES para os Procs: 2024/00244; 2024/00219 e 2024/00139. **6.2**
4 Pareceres aprovados na CES: **CEESP-PRC-2024/00098** _ Centro Estadual de Educação Tecnológica
5 Paula Souza / FATEC São Sebastião **Parecer CEE 50/2025** _ da Câmara de Educação Superior,
6 relatado pela Cons^a Nina Beatriz Stocco Ranieri Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na
7 Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de
8 Tecnologia em Gestão Empresarial, oferecido pela FATEC São Sebastião, do Centro Estadual de
9 Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de cinco anos. 2.2 A presente renovação do
10 reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer
11 pela Secretaria de Estado da Educação. **CEESP-PRC-2023/00279** _ Centro Estadual de Educação
12 Tecnológica Paula Souza / FATEC São Roque **Parecer CEE 51/2025** _ da Câmara de Educação
13 Superior, relatado pelo Cons. Mário Vedovello Filho Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na
14 Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de
15 Tecnologia em Gestão de Turismo, oferecido pela FATEC São Roque, do Centro Estadual de
16 Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de cinco anos. 2.2 A presente renovação do
17 reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer
18 pela Secretaria de Estado da Educação. **PAUTA: 093.00000147-2024-75** _ Conselho Estadual de
19 Educação **Indicação CEE 239/2025** _ do Conselho Pleno, relatada pelos Cons^s Eliana Martorano
20 Amaral, Ghisleine Trigo Silveira, Hubert Alquéres, Kátia Cristina Stocco Smole e Maria Eduarda
21 Queiroz de Moraes Sawaya Assunto: O bem-estar coletivo, a saúde mental e as aprendizagens das
22 crianças e dos adolescentes como uma responsabilidade compartilhada PROCESSO: 093.00000147-
23 2024-75 INTERESSADO: Conselho Estadual de Educação ASSUNTO: A saúde mental, o bem-estar
24 coletivo e as aprendizagens das crianças e adolescentes como uma responsabilidade compartilhada
25 RELATORES: Cons^s Eliana Martorano Amaral, Ghisleine Trigo Silveira, Hubert Alquéres, Kátia Cristina
26 Stocco Smole e Maria Eduarda Queiroz de Moraes Sawaya INDICAÇÃO CEE 239/2025 - CP -
27 Aprovada em 12/03/2025 CONSELHO PLENO 1. INTRODUÇÃO 1.1 Equilíbrio emocional, saúde
28 mental nas escolas e a atuação do Conselho Estadual de Educação Na atualidade, crianças e
29 adolescentes enfrentam desafios crescentes em relação ao seu estado socioemocional, decorrentes
30 de uma combinação de fatores estruturais, sociais e emocionais. A escola, como espaço privilegiado
31 de convivência e formação, está no centro dessas discussões e deve ser parte fundamental da rede
32 de proteção e promoção de saúde mental, com vistas ao bem-estar e ao equilíbrio socioemocional das
33 crianças, adolescentes e jovens que fazem seu percurso escolar. Neste sentido, é que o tema da saúde
34 mental dos estudantes tem sido objeto de inúmeros relatos e discussões no âmbito deste Conselho,
35 com foco em pautas como: - o aumento de emoções como angústia, tristeza e ansiedade no dia a dia
36 de crianças e adolescentes; - a intensificação de episódios como os de bullying, conflitos e
37 autoagressão praticados por estudantes; - o aumento do estresse relacionado ao desempenho escolar,
38 como um dos resultados das defasagens remanescentes do período da pandemia Covid-19, com o
39 fechamento das escolas; - o crescente uso de celulares ou equipamentos congêneres durante o
40 período escolar, quando não integrados a práticas pedagógicas, gerando dificuldade de concentração,
41 de gestão do ambiente escolar e do exercício da docência. A proteção integral à criança e ao
42 adolescente é um princípio introduzido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e alicerça um
43 posicionamento anteriormente expresso na Indicação CEE 168/2018, cujo objetivo era “orientar
44 educadores para reconhecer e apoiar estudantes em condição de vulnerabilidade”, em razão de
45 índices elevados de abandono escolar. A referida Indicação posicionou-se sobre a importância da
46 identificação de estudantes em situação de vulnerabilidade para o estabelecimento da necessária
47 sinergia de todos os envolvidos no processo educacional. Ao mesmo tempo em que destacava o
48 protagonismo das Secretarias de Educação na identificação e proteção destes estudantes, reconhecia

1 a importância da atuação conjunta de diferentes instituições. Ainda, buscava fomentar uma política
2 pública voltada a sensibilizar e apoiar a rede escolar para a importância da identificação destes alunos
3 vulneráveis de forma rápida e eficaz, chamando à responsabilidade todos os envolvidos no processo
4 educacional e de construção do indivíduo. Embora vários órgãos públicos ou da sociedade civil tenham
5 competência e papel relevante no enfrentamento do abandono escolar, cabe à Secretaria de Educação
6 propor e implantar programas e ações, especialmente nas regiões de maior risco social, onde a escola
7 pode ser uma importante via de acesso às famílias e potencial instrumento de acesso ao contexto do
8 estudante, buscando garantir a esperada escolarização. O compromisso do sistema educacional
9 paulista com a educação integral e o entendimento da indissociabilidade entre as competências
10 cognitivas e as socioemocionais se reflete nos debates e preocupações expressas nas reuniões
11 plenárias e no conjunto de Indicações e Deliberações emanadas do CEE. Isso se exemplifica nos
12 fundamentos pedagógicos proclamados pela Indicação CEE 179/2019 e Deliberação CEE 186/2020,
13 que definiu o Currículo Paulista do Ensino Médio, abrangendo a rede estadual, a rede privada e as
14 redes municipais vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Outro exemplo foi o
15 enfoque dado à saúde emocional de todos os segmentos da escola, estudantes e equipe escolar
16 durante a pandemia Covid-19. Na retomada das aulas presenciais, este Conselho apontou a
17 necessidade e a importância de “prever estratégias de acolhimento de funcionários, professores,
18 estudantes e responsáveis (...) depois de terem vivido situações de grande desgaste emocional”
19 (Indicação CEE 199/2020). Observa-se, em diferentes contextos escolares, um aumento nos desafios
20 relacionados à ansiedade, depressão, bullying e transtornos de atenção entre os estudantes, o que
21 reforça a relevância da saúde mental e da convivência escolar como temas fundamentais no ambiente
22 educacional. Após debates sobre a necessidade de orientar as escolas quanto aos limites de sua
23 responsabilidade perante o agravamento de situações envolvendo a saúde mental dos estudantes,
24 julgou-se necessário propor um documento de estímulo e apoio à reflexão sobre o assunto, com
25 destaque para a promoção de um clima escolar adequado à saúde mental e, conseqüentemente, à
26 aprendizagem. Para apoiar as reflexões, entre agosto e novembro de 2024, participaram das sessões
27 do Conselho Pleno, especialistas nas temáticas propostas, cujas apresentações foram transmitidas
28 pelo Canal do CEE no YouTube, conforme segue: - Educação Inclusiva: pensar os nossos futuros
29 justos e juntos, com Prof. Dr David Antônio Rodrigues, em 28/08/2024; - Bem-estar, cuidados e saúde
30 mental: o que as escolas e as famílias podem fazer, com Prof. José María Avilés Martínez em
31 18/09/2024; - Desafios atuais da convivência escolar, com a Profa. Dra Telma Vinha em 09/10/2024;
32 - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar – CONVIVA SP, com Daniele Quirino,
33 coordenadora da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, e Bety
34 Tichauer, Diretora de Projetos Especiais - Conviva SP, em 30/10/2024. Em 05/12/2024, foi promulgada
35 a Lei Estadual 18.058 e, em 13/01/2025, a Lei Federal 15.100, ambas visando a restrição do uso de
36 aparelhos celulares nas escolas, com o objetivo de reduzir os impactos negativos do excessivo uso de
37 telas em crianças e adolescentes, visando promover condições mais propícias ao seu bem-estar
38 mental, emocional e à aprendizagem. Em 22 de janeiro de 2025, na sequência da sanção dessas leis,
39 este Conselho publicou a Indicação CEE 238/2025, apresentando uma análise comparativa entre a lei
40 paulista e a federal e diretrizes para a sua implantação, com subsídios para reduzir os desafios a serem
41 enfrentados pelas escolas, de estudantes a professores e funcionários, e famílias, de forma
42 compartilhada, provenientes de uma nova realidade no ambiente escolar. 1.2 O que é saúde mental?
43 Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), “Saúde mental é um estado de bem-estar mental
44 que permite que as pessoas realizem seu potencial, lidem com o estresse da vida, percebam suas
45 habilidades, aprendam bem e trabalhem bem, e contribuam para sua comunidade.” (WHO 2022). É
46 considerada direito humano básico e crucial para o desenvolvimento pessoal, comunitário e
47 socioeconômico. Embora seja determinada por uma interação complexa de tensões e vulnerabilidades
48 individuais, sociais e estruturais, a saúde mental é vivenciada individualmente, gerando resultados

1 variados que incluem sofrimento significativo com prejuízo funcional e transtornos mentais. A UNESCO
2 - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - alinha-se a essa visão,
3 enfatizando a saúde mental como um componente crítico da saúde e bem-estar geral, sendo parte
4 integral do processo educacional. Essas definições esclarecem que a saúde mental é mais do que a
5 ausência de doença mental. Ela abrange o bem-estar emocional, psicológico e social, afetando a
6 maneira como as pessoas pensam, sentem e agem em suas vidas diárias. 1.3 As complexas
7 interações que afetam a saúde mental dos escolares O número de pessoas que enfrentam problemas
8 como ansiedade, depressão e transtornos de atenção tem aumentado significativamente. As intensas
9 e rápidas transformações da sociedade, marcadas entre outros fatores, pelo avanço tecnológico, pela
10 sobrecarga de informações e pela disseminação de violências, podem contribuir para gerar desafios
11 crescentes para a saúde mental de crianças e jovens. Em alguns contextos, a exposição a ambientes
12 que amplificam comparações e cobranças, combinada com fatores sociais e econômicos adversos,
13 pode contribuir para o aumento da exclusão e sofrimento emocional. Este impacto depende de
14 variáveis como a mediação familiar, a qualidade das relações interpessoais e o tipo de conteúdo digital
15 acessado. A pandemia desencadeou reflexões mais profundas sobre a saúde mental e o adequado
16 papel dos recursos digitais e do acesso à internet no ambiente escolar. Durante a pandemia, houve
17 transferência de atividades para o espaço virtual, aumento abrupto do tempo de uso de telas e
18 dificuldades de adaptação ou mesmo de acesso ao ensino remoto. Somou-se a isso a perda de rotina,
19 compartilhamento de espaço circunscrito para estudos e trabalho e incerteza quanto ao futuro, além
20 do isolamento em relação a familiares, amigos e colegas. Se, por um lado, os dispositivos digitais
21 oferecem conexão, apoio, facilitam contatos e trazem conteúdo e praticidade, por outro, reduzem o
22 tempo de interações sociais, facilitam o cyberbullying e podem gerar pressão sobre os usuários para
23 que venham a adotar comportamentos de grupo e/ou buscar uma vida "perfeita", como apresentada e
24 percebida pelas conexões online. A imersão de crianças e jovens no mundo digital, sem adequada
25 moderação, pode restringir a pluralidade de experiências e causar impacto no aproveitamento escolar
26 e na saúde mental. Jonathan Haidt, autor do livro A Geração Ansiosa, aborda o potencial impacto
27 negativo do uso de smartphones e redes sociais, precedendo a pandemia de Covid-19. O autor enfatiza
28 que a mudança de uma infância baseada em brincadeiras para uma baseada em telas, perturbou
29 processos fundamentais de desenvolvimento, tornando as crianças e adolescentes mais vulneráveis
30 a problemas de saúde mental, levando a mais problemas de comportamento entre as crianças, mais
31 autoagressão entre adolescentes e maior propensão à depressão em meninas pela comparação com
32 padrões de beleza, para citar algumas das consequências. Há semelhanças entre os fenômenos
33 analisados por Haidt nos Estados Unidos e o que acontece no Brasil, tais como: a) aumentos de casos
34 de ansiedade, depressão e automutilação e o de uso das redes sociais; b) a polarização política
35 impulsionada pelas redes e o tribalismo digital, com a cultura do cancelamento e; c) a superproteção
36 das crianças e jovens e seus impactos na educação. Os períodos do desenvolvimento, especialmente
37 na primeira infância, são particularmente suscetíveis a efeitos prejudiciais intensos à saúde mental.
38 Nesta fase, o castigo físico e uma educação atemorizadora, condições que podem ser encontradas no
39 ambiente familiar, além do preconceito, da discriminação e do bullying, que podem se manifestar na
40 escola e em outros espaços de convivência, elevam o potencial de um impacto negativo. Por outro
41 lado, competências e atributos sociais e emocionais, individuais, interações sociais positivas, educação
42 de qualidade, acesso às diversas formas de manifestações culturais, condições de moradia
43 adequadas, coesão comunitária e sensação de segurança são protetores da saúde mental. Nesse
44 contexto, entende-se que a saúde mental não é determinada apenas por fatores individuais ou
45 biológicos, mas sim por um conjunto de elementos que perpassam diferentes setores da sociedade.

46 1.4 Intersetorialidade e as Leis e políticas de proteção de crianças, adolescentes e jovens A Lei de
47 Diretrizes e Bases (LDB) define, no Art. 1º, que a educação depende de processos formativos que se
48 desenvolvem em diferentes espaços, incluindo a vida familiar e as instituições de ensino. No seu Art.

1 2º, reforça o dever do Estado e da família com a educação com a finalidade de pleno desenvolvimento
2 do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O Art. 12
3 traz as incumbências dos estabelecimentos de ensino com a proposta pedagógica, articulação com as
4 famílias e a comunidade, promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a
5 todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), promoção da cultura de
6 paz, de um ambiente escolar seguro e a necessidade de instituir os Conselhos Escolares, entre outros
7 aspectos. A legislação que apoia crianças, adolescentes e jovens destaca a necessária articulação
8 intersetorial e as responsabilidades compartilhadas entre órgãos da saúde, educação e bem-estar em
9 prol da saúde e do bem-estar de crianças e jovens. O Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente
10 (ECA) estabelece que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público
11 assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação,
12 à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade
13 e à convivência familiar e comunitária”. A intersetorialidade é mencionada também no Plano Estadual
14 de Educação do Estado de São Paulo (PEE-SP, Lei 16.279, 08/07/2016) no contexto de suas diversas
15 metas. Entre elas, merece destaque a Meta 6, que se refere à educação integral. A estratégia 6.12 diz:
16 “Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local, regional e nacional, na
17 perspectiva intersetorial da gestão pública, constituindo rede de proteção social para crianças,
18 adolescentes e jovens.” A Lei 14.819, de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção
19 Psicossocial nas Comunidades Escolares, reforça o conceito da intersetorialidade nas questões de
20 saúde mental. Tem como foco “... a integração e a articulação permanente das áreas de educação, de
21 assistência social e de saúde no desenvolvimento de ações de promoção, de prevenção e de atenção
22 psicossocial no âmbito das escolas”. A Lei 13.819/2019 institui uma política nacional de prevenção de
23 automutilação e suicídio. No seu artigo 3º, inclui entre os objetivos “VII – promover a articulação
24 intersetorial para a prevenção do suicídio, envolvendo entidades de saúde, educação, comunicação,
25 imprensa, polícia, entre outras” e, no seu Art. 6º, estabelece a necessidade de que os casos
26 identificados ou suspeitos sejam notificados ao Conselho Tutelar em caso envolvendo crianças e
27 adolescentes. A Lei 13.185/2015 afirma que é dever das instituições de ensino, além de agremiações
28 esportivas, assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnóstico e combate à violência e à
29 intimidação sistemática (bullying). Propõe a implementação de campanhas de conscientização e
30 práticas de conduta para pais, familiares e responsáveis. A Lei 14.811/2024 estabelece definições
31 claras para bullying e cyberbullying e determina as penalidades para essas condutas, além de visar a
32 educação da população sobre o respeito mútuo e a responsabilidade digital. O Decreto 12.006/2024
33 institui o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), que
34 tem como prioridade assessorar escolas consideradas violentas e prestar apoio psicossocial a
35 membros da comunidade escolar e do seu entorno, que sejam vítimas de violência. A prevenção da
36 violência contra crianças e a preocupação com seu bem-estar emocional estão também na base da
37 Lei 14.826/2024, que definiu a parentalidade positiva como “...o processo de criação dos filhos baseado
38 no respeito, no acolhimento e na não-violência”. O seu Art. 4º propõe que a “União, os Estados, o
39 Distrito Federal e os Municípios desenvolverão, no âmbito das políticas de assistência social,
40 educação, cultura, saúde e segurança pública, ações de fortalecimento da parentalidade positiva e de
41 promoção do direito ao brincar.” O Projeto de Lei 2.614/2024, referente ao Plano Nacional de Educação
42 2024-2034, faz referência à política da intersetorialidade ao defender “a intersetorialidade como
43 abordagem para o enfrentamento dos problemas da educação no contexto de cada território”. No caso
44 da Educação Infantil, o novo PNE propõe que, para garantir a qualidade da oferta de educação infantil,
45 é necessário “fortalecer as políticas e a articulação intersetorial entre as áreas de educação, saúde,
46 assistência social, esporte e cultura, com foco no desenvolvimento integral de bebês e crianças”.
47 Diante do exposto, é inegável que a promoção de um ambiente educacional positivo e favorável à
48 aprendizagem, assim como o estabelecimento de uma rede eficaz de proteção aos estudantes e

1 profissionais da educação, dependem fundamentalmente de uma abordagem intersetorial. A
2 complexidade, relevância e urgência dessas questões superam as possibilidades de atuação exclusiva
3 da escola, tornando imprescindível a integração entre políticas públicas de educação, saúde,
4 assistência social e direitos humanos, em parceria estreita com as famílias. A escola, embora seja um
5 ambiente-chave para acolher crianças e adolescentes em uma fase crucial de suas vidas, não pode
6 nem deve responder sozinha a demandas que exigem ações especializadas e compartilhadas. Assim,
7 a intersetorialidade não é apenas desejável, mas uma exigência concreta para a garantia dos direitos
8 fundamentais e para o desenvolvimento integral dos estudantes. 2. Diretrizes e recomendações para
9 uma abordagem integral dos estudantes Numa abordagem integral dos estudantes, o espaço escolar
10 deve promover saúde e bem-estar. Para isso, criar condições que favoreçam estes aspectos, o que
11 também contribui para desfechos educacionais positivos. Escolas promotoras de saúde e bem-estar
12 buscam implantar políticas, projetos e ações visando criar e manter ambientes físicos e sociais
13 saudáveis, desenvolver habilidades, promover educação em saúde e criar vínculos com a comunidade.
14 A escola também desempenha um papel importante como espaço de cuidado e proteção, podendo
15 oferecer acolhimento e segurança. Além disso, é um ambiente onde podem ser fortalecidos os vínculos
16 e a convivência democrática, além de promover o desenvolvimento social e emocional e as reflexões
17 críticas com os estudantes, para que estejam mais preparados para enfrentar as realidades e
18 transformá-las de forma coletiva e solidária. As condições que afetam o sentimento de pertencimento,
19 a segurança, as relações interpessoais, a saúde mental e o desempenho do estudante são complexas
20 e multifatoriais, exigindo uma abordagem holística, colaborativa e multissetorial (educação, saúde,
21 trabalho, justiça, transportes, ambiente, habitação e bem-estar). Também há que se considerar os
22 aspectos socioculturais, as experiências de vida do indivíduo e família e as questões biológicas que
23 podem interferir nas manifestações comportamentais e psíquicas no ambiente escolar. Como já se
24 enfatizou, atuar sobre estas condições exige esforço sistêmico e coordenado entre professores,
25 orientadores, pais ou responsáveis e, quando necessário, serviços de assistência social e de saúde,
26 cada um com seus papéis específicos e cientes de suas responsabilidades compartilhadas. Ao sistema
27 educacional cabe garantir o arcabouço legal e promover as articulações intersetoriais necessárias, por
28 meio de políticas proativas, práticas inclusivas e propostas interdisciplinares, buscando apoiar os
29 alunos para que se sintam cuidados e protegidos na sua jornada educacional. Alguns princípios
30 propostos pela UNESCO devem nortear a efetiva implementação de um programa de promoção de
31 bem-estar nas escolas: - Visão clara da situação a ser enfrentada e objetivos compartilhados; -
32 Comunicação aberta e transparente, para que todos estejam informados e envolvidos nos processos
33 de tomada de decisão. Os envolvidos devem se sentir seguros para compartilhar livremente ideias e
34 preocupações, o que demanda um ambiente de confiança mútua, boa convivência, que fortalece os
35 relacionamentos entre todos; - Aprendizado e melhoria contínua: resolver colaborativamente os
36 desafios exige que se estabeleça um processo de aprendizagem contínua, num compromisso a ser
37 assumido pelas equipes, o que demanda a discussão conjunta acerca dos desafios e das soluções
38 propostas entre todos os envolvidos. Orientadas pelos princípios descritos neste documento, as
39 escolas podem desenvolver, de acordo com suas possibilidades institucionais e contextuais, ações,
40 projetos e programas essenciais, com o apoio de seus gestores e em articulação com redes de apoio
41 especializadas. 2.1 O papel colaborativo dos diferentes profissionais Os professores são responsáveis
42 por promover um ambiente de aprendizagem favorável e planejar as ações educativas, assumindo
43 inúmeras responsabilidades pedagógicas complexas. Também são eles, muitas vezes, os primeiros a
44 perceber mudanças de comportamento, sofrimento e isolamento de seus alunos, identificando aqueles
45 que necessitam de um acompanhamento mais próximo e especializado. Para tanto, os professores
46 devem ser capacitados para identificar indícios comportamentais que mereçam atenção, atuando como
47 agentes de observação e acolhimento inicial e direcionando os casos à coordenação ou gestão escolar
48 para encaminhamento adequado. Os coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e

1 demais profissionais que oferecem suporte pedagógico desempenham um papel fundamental na
2 criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da aprendizagem. Ao promoverem iniciativas
3 de escuta e acolhimento, eles atuam como ponte entre os estudantes, suas famílias e a rede de apoio
4 especializada. Nas situações em que identifiquem mudanças de comportamento, sintomas de
5 ansiedade, depressão, isolamento e/ou qualquer forma de sofrimento, incluindo a automutilação, essa
6 equipe pode oferecer o acolhimento inicial e buscar os gestores, que devem contatar os pais ou
7 responsáveis sugerindo o devido encaminhamento para a rede de suporte externa. Os gestores da
8 escola, em articulação com a rede de ensino e serviços especializados, são responsáveis por fomentar
9 uma cultura que estimule a convivência ética e livre de intimidação, combata o bullying e promova o
10 senso de pertencimento de todos os estudantes, professores e funcionários, assim como das famílias,
11 à comunidade escolar. Esta liderança contribui para compor uma cultura institucional promotora de
12 bem-estar na escola. É também necessário apoiar programas e ações de formação para a prevenção
13 e abordagem inicial nos casos de transtornos mentais, desvios comportamentais e transtornos de
14 neurodesenvolvimento. Uma liderança reconhecida, respeitada e que ofereça diretrizes claras e
15 suporte, é necessária para que as ações sejam implementadas e mantidas. Entretanto, a escola e a
16 própria rede de ensino têm atuação restrita. Diagnóstico, tratamento e acompanhamento clínico são
17 responsabilidades de profissionais da saúde, devendo a escola atuar na articulação e encaminhamento
18 para a rede de suporte adequada. Os gestores podem promover a confiança mútua e fortalecer o
19 relacionamento com as famílias e as parcerias com profissionais especializados. É importante ressaltar
20 a responsabilidade ética de profissionais dos serviços, acerca de informações sensíveis dos
21 estudantes e, em casos graves, a parceria escola-família torna-se ainda mais essencial. Para os casos
22 em que a família não atender às orientações, deve-se avaliar o encaminhamento ao Conselho Tutelar
23 ou outra instância que se entender de melhor atendimento. O envolvimento dos pais ou responsáveis
24 é fundamental, pois estão em posição privilegiada para reconhecer mudanças no comportamento dos
25 filhos que possam indicar sofrimento mental ou emocional e alertar a escola. A escola atua como
26 parceira nesse processo e não pode substituir ou suprir a função da família e dos serviços
27 especializados. Os profissionais de saúde mental podem orientar as famílias e as escolas em práticas
28 educativas que favoreçam o ambiente escolar. Contudo, o acompanhamento clínico é de
29 responsabilidade exclusiva desses profissionais, cabendo à escola atuar de forma complementar e
30 pedagógica. O papel dos assistentes sociais também merece ser destacado. Quando a saúde mental
31 e emocional do aluno está impactada por fatores que incluem o ambiente familiar ou social, a
32 participação destes profissionais dentro da rede de cuidados pode oferecer os recursos sociais e legais
33 indicados e disponíveis para o caso específico.

2.2 Estratégias promotoras da saúde e bem-estar

34 Para que a escola contribua de forma efetiva para a saúde física, emocional e social dos alunos, é
35 necessária a elaboração de políticas e o direcionamento de recursos para uma abordagem integrada
36 de bem-estar. Essa postura não só reduz comportamentos de risco e melhora o engajamento
37 educacional, como também fortalece uma rede de proteção que abrange desde a prevenção até o
38 manejo de possíveis adversidades. A seguir, propõe-se 11 principais estratégias: I. Segurança
39 Emocional e Ambiente Inclusivo A segurança emocional envolve criar um ambiente empático e
40 acolhedor e fornecer espaços seguros onde os alunos possam falar sobre desafios pessoais, sem
41 estigmatizar questões de saúde mental. Criar espaços acolhedores, éticos e livres de discriminação é
42 fundamental para que todos os alunos – independentemente de raça, gênero, condição
43 socioeconômica ou deficiência – se sintam respeitados, pertencentes e seguros. Essa estratégia
44 envolve adotar políticas antidiscriminação e iniciativas que promovam inclusão e equidade dentro das
45 diversidades, promovendo o sentimento de pertencimento que alimenta a convivência propícia às
46 aprendizagens, tanto no espaço presencial como digital. Mas é preciso pensar também na promoção
47 e proteção da saúde mental de professores e gestores, essenciais para o bom ambiente institucional
48 e educacional. Para isso, são recomendados programas de formação continuada, com criação de

1 comunidades de prática docente ou de aprendizagem, pautados por estratégias que busquem
2 fomentar um ambiente e cultura organizacionais respeitosos, empáticos e éticos. A criação de
3 momentos e espaços de descompressão na rotina escolar, respeitadas as condições particulares de
4 cada instituição, contribuem também para sua saúde mental. II. Currículo, Intencionalidade Pedagógica
5 e Expectativas Acadêmicas Uma abordagem equilibrada voltada ao sucesso acadêmico, promovendo
6 a formação integral e uma mentalidade de crescimento, em lugar de uma mentalidade voltada
7 exclusivamente para resultados pontuais, é uma estratégia que favorece a saúde mental dos
8 escolares. O bem-estar muitas vezes pode ser comprometido, para alguns estudantes, se as pressões
9 curriculares se tornam excessivas. Conciliar exigências curriculares com o desenvolvimento
10 socioemocional é um desafio, mas também uma oportunidade para enriquecer o processo de
11 aprendizagem e preparar os alunos para os desafios da vida. Algumas estratégias que podem ajudar
12 a integrar esses dois aspectos incluem: a) promoção de ações que valorizem o protagonismo do
13 professor, incentivando o seu engajamento; b) integração curricular entre conteúdos acadêmicos e o
14 desenvolvimento de competências socioemocionais; c) utilização de metodologias centradas no
15 estudante, que incentivam sua participação ativa promovendo trabalhos em grupo baseados em
16 projetos, o autoconhecimento, a autorregulação e a resolução de conflitos enquanto exploram o
17 conteúdo curricular; d) espaços para diálogo e reflexão, para que os alunos possam expressar suas
18 emoções e refletir sobre suas experiências (rodas de conversa e dinâmicas de grupo) ajudam a
19 construir um ambiente acolhedor, onde as emoções são reconhecidas e trabalhadas de forma
20 construtiva; d) flexibilidade e personalização, reconhecendo que cada aluno possui ritmos e
21 necessidades diferentes, contribuem para ajustar as expectativas e oferecer caminhos alternativos
22 para alcançar os objetivos curriculares. Reconhecer e valorizar a diversidade de talentos e encorajar
23 o desenvolvimento pessoal, segundo as características de cada estudante, e oferecer suporte
24 acadêmico individualizado, quando necessário, são alternativas que contribuem para reduzir o
25 estresse e a ansiedade em torno das demandas escolares e promovem uma vivência escolar
26 estimulante. III. Prevenção e Combate ao Bullying Um dos papéis das escolas, em termos de proteção,
27 é implementar políticas e protocolos robustos de prevenção e combate ao bullying. De forma gradual
28 e contínua, recomenda-se educar os estudantes sobre os impactos do bullying, oferecer suporte ao
29 estudante-alvo, ao agressor e incentivar que os espectadores relatem os incidentes, com o objetivo de
30 que todos se sintam seguros tanto física quanto emocionalmente. IV. Convivência Ética e
31 Relacionamentos Positivos Promover relações saudáveis entre alunos, professores e demais
32 colaboradores reforça a cultura de respeito e apoio mútuo e amplia a capacidade coletiva para lidar
33 com questões de convivência. Algumas sugestões de conduta que podem compor o Plano de
34 Convivência na escola incluem: atividades de trabalho em equipe, mentorias, assembleias de classe,
35 disciplina de convivência semanal na matriz curricular; procedimentos de mediação de conflitos,
36 propostas de protagonismo juvenil, como as Equipes de Ajuda, avaliação do clima escolar e discussão
37 coletiva dos resultados. V. Segurança Digital Diante do papel crescente da tecnologia, é imprescindível
38 orientar os estudantes quanto ao uso responsável da internet e das redes sociais. Educação Midiática,
39 Oficinas de cidadania digital e projetos colaborativos online são ferramentas que auxiliam na prevenção
40 do cyberbullying e na proteção dos dados pessoais. É também necessário adaptar as estratégias às
41 realidades locais. Algumas alternativas podem contribuir especialmente em contextos de maior
42 vulnerabilidade socioeconômica, com a utilização de canais acessíveis tipo WhatsApp e mídias sociais
43 para sensibilizar as famílias sobre a importância da cidadania digital e a promoção de oficinas práticas
44 com simulações de situações reais. O desenvolvimento de conteúdos didáticos que dialoguem com a
45 realidade dos alunos, usando exemplos práticos e linguagem acessível para discutir temas como
46 privacidade, ética digital e cyberbullying, também contribuem para o engajamento dos estudantes.
47 Implementando essas estratégias de forma integrada e contextualizada, é possível orientar os
48 estudantes quanto ao uso responsável da internet, prevenindo riscos e promovendo uma cidadania

1 digital ativa, crítica e adaptada às particularidades dos contextos socioeconômicos vulneráveis. VI.
2 Envolvimento Parental A parceria escola-família fortalece a rede de proteção ao estudante em
3 sofrimento. A confiança dos pais de que a escola trabalhará com eles para oferecer a melhor
4 experiência aos seus filhos é essencial. É necessário criar ambientes acolhedores para as famílias,
5 incentivando o envolvimento dos pais na comunidade escolar e o acompanhamento do
6 desenvolvimento acadêmico de seus filhos. Entretanto, reconhecer as limitações socioeconômicas é
7 fundamental para compreender as barreiras que muitos pais enfrentam para se engajar na vida escolar
8 dos filhos. Essas limitações podem incluir jornadas de trabalho longas, dificuldades de acesso a
9 recursos tecnológicos, transporte e até mesmo tempo disponível. Para fortalecer a relação escola-
10 família, algumas alternativas podem ser consideradas, tais como: a) flexibilização dos encontros; b)
11 uso de tecnologias acessíveis (por exemplo, com o uso de canais de comunicação que sejam comuns
12 à comunidade, como WhatsApp, redes sociais ou aplicativos simples); c) parcerias com a comunidade,
13 estabelecendo vínculos com organizações locais, ONGs e instituições públicas que possam oferecer
14 suporte às famílias, promovendo oficinas, palestras e atividades que dialoguem com as realidades
15 socioeconômicas dos pais; d) comunicação clara e culturalmente sensível, com uma linguagem
16 acessível e contextualizada, valorizando as experiências e saberes dos pais, o que pode promover
17 maior identificação e engajamento. Essas estratégias podem contribuir para a construção de uma
18 relação mais próxima e colaborativa entre escola e família, mesmo diante dos desafios impostos pelas
19 desigualdades socioeconômicas e pelo contexto em que cada escola está inserida, contribuindo para
20 o desenvolvimento integral dos alunos. VII. Políticas de Proteção à Criança e ao Adolescente
21 Estabelecer protocolos de proteção que salvaguardem crianças e adolescentes contra abuso,
22 negligência e exploração é vital. Essa estratégia inclui o treinamento de profissionais para identificar
23 sinais de risco e mecanismos efetivos de denúncia e a comunicação com as autoridades competentes.
24 VIII. Suporte à Saúde Mental A escola desempenha papel importante na identificação de sinais
25 comportamentais de desconforto psíquico e no apoio inicial para orientar alunos que possam estar
26 enfrentando problemas. Os colegas podem ser grandes aliados na percepção de mudanças de
27 comportamento que sugerem que um estudante precisa de apoio. Programas de oficinas, atividades
28 de atenção plena e espaços de acolhimento, aliados à articulação com profissionais de saúde mental,
29 auxiliam na gestão de emoções e podem contribuir na prevenção de crises. Além de programas
30 voltados a competências socioemocionais, é preciso oferecer espaços de acolhimento para que
31 estudantes em sofrimento possam pedir ajuda, sentindo-se seguros e respeitados. Estes programas
32 na rotina das atividades escolares, especialmente com adolescentes, podem colaborar na prevenção
33 de suicídios, uma prioridade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. IX. Protagonismo
34 Estudantil ou “Aluno Agente” Na busca por melhores resultados, o protagonismo do estudante é
35 essencial, compartilhando decisões contextualizadas para cada situação particular com apoio de
36 familiares, professores e gestores educacionais. O Protagonismo Estudantil se refere à capacidade
37 dos alunos de tomar decisões ativamente sobre seu próprio aprendizado, assumindo um papel mais
38 participativo, crítico e responsável no processo educacional. No contexto educacional, o protagonismo
39 estudantil significa que os alunos não são apenas receptores passivos de conhecimento, mas atores
40 ativos que fazem escolhas, definem metas, exploram interesses e assumem a responsabilidade pelo
41 seu desenvolvimento. Isso envolve elementos como: a) Voz: oportunidade para expressar opiniões e
42 participar ativamente das decisões sobre sua aprendizagem; b) Escolha: liberdade para selecionar
43 caminhos de aprendizagem que melhor atendam às suas necessidades e interesses e; c) Autonomia:
44 desenvolvimento da capacidade de autogerenciamento, tomada de decisão e resolução de problemas
45 de forma independente. Um aluno engajado tende a ter melhor saúde mental, pois a participação ativa
46 no aprendizado traz propósito, senso de pertencimento, autoestima e resiliência. X. Saúde e
47 Segurança Física Incentivar hábitos saudáveis por meio da prática regular de exercícios, oferta de
48 alimentação balanceada nas cantinas e programas de atividade física beneficiam tanto o corpo quanto

1 a mente dos estudantes, melhorando o humor, a disposição e a função cognitiva. No que concerne à
2 segurança física dos estudantes, professores e demais colaboradores, é recomendável o
3 estabelecimento de ações progressivas para aprimorar a infraestrutura predial, e elaborar protocolos
4 para lidar com situações de emergência. Diante de um evento agudo e grave ocorrido na escola, é
5 necessário ter clareza de protocolos a seguir e níveis de responsabilidade para conduzir situações de
6 emergência. Nestes momentos, a intersetorialidade se evidencia, com necessidade de mobilizar pais
7 ou responsáveis e a rede de saúde e apoio social pertinentes, além de outras instâncias legais,
8 conforme o caso. XI. Escolas como Centros de Bem-Estar Comunitário Ao se integrar com a
9 comunidade, a escola amplia sua rede de apoio. Parcerias com organizações locais, serviços de
10 saúde, Conselho Tutelar, Vara de Infância e Juventude, e outras instituições possibilitam o acesso a
11 recursos adicionais, beneficiando tanto os estudantes quanto suas famílias e fortalecendo a atuação
12 conjunta diante de desafios socioemocionais e educacionais. Essas parcerias também podem auxiliar
13 as escolas a lidar com questões complexas, como trauma, desafios socioeconômicos ou estressores
14 familiares. Transtornos mentais identificados devem ser tratados no escopo do sistema de saúde, que
15 possui a infraestrutura, os profissionais e os recursos necessários e adequados. 3. Considerações
16 Finais As estratégias para atuar em aspectos essenciais que contribuem com uma cultura de promoção
17 de saúde e bem-estar na escola são diversas e se complementam. As escolas precisam ser apoiadas
18 e valorizadas pela sua comunidade para poderem zelar por sua missão educativa e de construção de
19 cidadania para a boa convivência, numa perspectiva que assegure que todos os estudantes possam
20 aprender. Seus profissionais e gestores devem fortalecer os espaços de aprendizagem e, ao mesmo
21 tempo, promover a convivência empática, acolhedora, inclusiva e impulsionadora de crescimento e
22 desenvolvimento dos melhores potenciais de seus estudantes. As escolas também cumprem papel
23 essencial quando contribuem na identificação e apoio a alunos que estejam enfrentando sensação de
24 desengajamento e/ou sofrendo com preconceitos, bullying, ou outras situações que afetam seu bem-
25 estar. Para cumprir este papel, a preparação da comunidade escolar e a integração entre professores,
26 direção, pais ou responsáveis, comunidade onde está inserida, além da estrutura gestora da rede de
27 ensino, são essenciais. Para apoiar a ação do corpo de professores e orientadores pedagógicos, é
28 necessário oferecer módulos de educação continuada e atividades voltadas à criação de um ambiente
29 escolar que promova pertencimento, identificação de sinais precoces de sofrimento emocional e
30 formas de encaminhamento eficazes em situações que pareçam mais agudas. Em casos de maior
31 gravidade, a abordagem intersetorial é indispensável e os pais ou responsáveis devem conduzir o
32 estudante aos cuidados e acompanhamento necessários. Acesso a equipes multiprofissionais de
33 apoio, incluindo matriciamento com especialistas, pode oferecer maior segurança às equipes
34 pedagógicas das escolas. Outro aspecto que merece destaque é a necessidade de integrar o uso de
35 recursos digitais ao processo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, promover oficinas voltadas ao
36 uso saudável das redes sociais, cidadania digital, além de promover a supervisão positiva das
37 atividades pedagógicas online. Estas estratégias combinadas contribuem para reduzir o sentimento de
38 impotência e sobrecarga dos professores e da escola, estimulando uma atuação efetiva no que está
39 ao alcance da instituição. É preciso, também, reconhecer limitações variadas, estruturais, financeiras
40 e até socioculturais, para cumprir as expectativas apresentadas nesta Indicação. Cada escola, e seu
41 Conselho, dentro da rede onde está inserida, deve avaliar suas prioridades e traçar um plano de ações
42 e metas. A partir deste plano, a busca por parcerias estratégicas com serviços externos, incluindo
43 serviços de saúde, instituições de educação superior, organizações não-governamentais, entre outras,
44 contribui para a efetiva abordagem das necessidades específicas dos alunos como grupo, ou de algum
45 aluno em particular. Esta articulação pode se materializar por meio da construção de protocolos
46 consensuais de encaminhamento, relatórios periódicos e reuniões de acompanhamento das ações
47 implementadas, com indicadores definidos pelos interessados e colaboradores das ações. A escola
48 desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos e na consolidação dos valores sociais,

1 atuando como um dos pilares da estruturação da sociedade. Contudo, para que seus objetivos sejam
2 plenamente alcançados, é imprescindível que haja uma colaboração estreita entre diversos atores –
3 famílias, comunidades, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. A escola, por si só,
4 não tem condições nem deve suprir todas as demandas e desafios do processo educativo. O
5 compartilhamento desta responsabilidade com parcerias e trabalho conjunto apoia a ideia da educação
6 como um bem da coletividade. Por outro lado, sem a presença e o comprometimento das escolas,
7 muitas das transformações sociais e do desenvolvimento integral dos indivíduos não seriam possíveis.
8 É fundamental reconhecer que, ao mesmo tempo em que a escola necessita de apoio e articulação
9 com outros setores, ela é indispensável para a promoção do bem-estar e da saúde dos estudantes,
10 para que possa formar cidadãos críticos, conscientes e capazes de contribuir para a construção de
11 uma sociedade mais justa e equitativa. Esta Indicação buscou oferecer reflexões e recomendações
12 respeitando as diferenças e as necessidades de cada contexto escolar, sem perder de vista a
13 complexidade do tema. O desenvolvimento de protocolos de ação mais específicos deve ser abordado
14 dentro da realidade de cada rede, considerando os recursos internos e externos à instituição e as
15 possibilidades de parcerias intersetoriais. São Paulo, 10 de março de 2025. a) Cons^a Eliana Martorano
16 Amaral Relatora a) Cons^a Ghisleine Trigo Silveira Relatora a) Cons. Hubert Alquéres Relator a) Cons^a
17 Kátia Cristina Stocco Smole Relatora a) Cons^a Maria Eduarda Queiroz de Moraes Sawaya Relatora
18 DELIBERAÇÃO PLENÁRIA O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a
19 presente Indicação. Sala “Carlos Pasquale”, em 12 de março de 2025. Cons^a Maria Helena Guimarães
20 de Castro Presidente Nada a mais havendo a tratar, às treze horas e trinta minutos, a Senhora
21 Presidente declarou encerrada a Sessão. Eu, Carolina Marques de Souza lavrei, datei e assinei a
22 presente Ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 12 de março
23 de 2025.

24 Maria Helena Guimarães de Castro.....
25 Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti.....
26 Bernardete Angelina Gatti.....
27 Cláudia Maria Costin.....
28 Claudio Kassab.....
29 Claudio Mansur Salomão.....
30 Décio Lencioni Machado.....
31 Eliana Martorano Amaral.....
32 Ghisleine Trigo Silveira.....
33 Guiomar Namó de Mello.....
34 Kátia Cristina Stocco Smole.....
35 Laura Laganá.....
36 Leandro Campi Prearo.....
37 Marcos Sidnei Bassi.....
38 Maria Eduarda Queiroz de Moraes Sawaya.....
39 Mário Vedovello Filho.....
40 Mauro de Salles Aguiar.....
41 Roque Theophilo Junior.....
42 Rose Neubauer.....
43 Rosângela Aparecida Feriri Vargas Chede.....

- 1 Valdenice Minatel Melo de Cerqueira.....
- 2 Vastí Ferrari Marques.....